

MÉTODO E METODOLOGIA ENTRE PEDAGOGIA POPULAR E FEMINISMO

Mariateresa Muraca – Universidade Federal de Santa Catarina

Pesquisar-se em comunhão

Atualmente, a nível internacional, assistimos a um debate intenso sobre o método, sobretudo, porque muitas convicções teóricas, que se afirmaram a partir da modernidade e que determinaram a maneira de entender a ciência até a metade do século XX, não somente não parecem mais sustentáveis de um ponto de vista científico, mas também, de um ponto de vista social, geraram consequências destruidoras sobre os equilíbrios sociais e ecológicos (DE SOUSA SANTOS, 1987). Nesse contexto, parece necessário imaginar práticas metodológicas inéditas, que superem dicotomias mortificadoras entre, por exemplo, mente e corpo, ação e reflexão, academia e realidade social, pesquisador(a) e sujeitos da pesquisa. De que forma a pedagogia popular e o feminismo podem contribuir com essa discussão? Ou, dito em outras palavras, o que significa tornar os caminhos metodológicos mais coerentes com as nossas opções científicas, especialmente quando, como acontece com a pedagogia popular e o feminismo, elas são também opções políticas, éticas e existenciais?

Em toda a obra de Freire, o elemento que talvez com mais força distinga a opção libertadora no trabalho educativo e científico com as comunidades empobrecidas é a superação da contradição entre pesquisador(a) e sujeitos da pesquisa. Já a partir do seu trabalho no SESI, Freire manifesta o desejo de que os sujeitos sejam protagonistas do processo da pesquisa, desde a escolha do tema até a devolução e discussão dos resultados. A pesquisa se torna assim um percurso em que o pesquisador, ao pesquisar, pesquisa-se e é pesquisado e o participante, ao ser pesquisado, pesquisa e pesquisa-se num ato de criação, em que a afetividade e a amorosidade, ao contrário de atrapalhar nossos trabalhos, colocam-se como principais elementos para essa comunhão (WALDENEZ DE OLIVEIRA, 2009).

Cima (2012) aponta que:

[...] se não fôssemos ao mesmo tempo pesquisadores e pesquisados, a dimensão do conhecimento se tornaria um desejo de possuir olhares ordenadores, ao fim de reorganizar as vidas dos outros [...] muito frequentemente, somos testemunhas das vozes dos outros para assumir involuntariamente a sua marginalização, para estigmatizá-los ainda mais e para inventar novos estereótipos (p.110; a tradução é minha).

Nesse sentido, pesquisar-se para o pesquisador ou a pesquisadora significa, em primeiro lugar, aprender a observar, pelo menos em parte, as categorias através das quais percebe o outro, como está em presença do outro e o que o outro representa para ele. De fato, o outro não existe nunca sozinho, mas sim no interior de uma interação e de uma interpretação recíproca. Todavia, compreender como se percebe e nomeia o outro não é uma questão só pessoal, porque nós somos frutos de uma história construída também por outros e outras, uma história de colonialismo, colonialidade, silenciamento, práticas desumanizantes e resistência. As feministas pós-coloniais contribuíram para mostrar o quanto esses elementos são significativos até no interior de alianças políticas feministas, desmascarando a postura imperialista que se esconde também atrás de uma opção de solidariedade. Segundo Spivak (2010) este é o caso de muitas feministas brancas e ocidentais, que se constituem como sujeitos de conhecimento, de salvação, de ajuda, através de uma representação das outras como irmãs do terceiro mundo em situação de desvantagem, objeto da sua ilimitada compaixão.

É importante reconhecer que as categorias que mediam o conhecimento do outro são influenciadas em boa medida também por o que Bourdieu (2003) define “inconsciente acadêmico”, ou seja, o conjunto de estruturas cognitivas, imputáveis à carreira escolar, que são comuns aos produtos de certo sistema universitário nacional ou aos que se ocupam de certa disciplina num certo momento. É o inconsciente acadêmico que determina, por exemplo, o que merece atenção e o que não, o que é importante ou o que deve ser discutido e que influencia decisões cruciais como a escolha dos sujeitos, das teorias de referência e do método. Nesse sentido, a “objetivação participante” proposta pelo autor implica considerar reflexivamente não só dimensões como o contexto de origem do autor, as suas adesões sociais e religiosas, a sua idade, o seu sexo, a sua trajetória pessoal, mas, sobretudo, a sua posição no universo acadêmico e no campo da disciplina, com as suas tradições, os particularismos nacionais, as problemáticas obrigatórias, os valores, os rituais, as obrigações quanto à publicação dos resultados, as evidências compartilhadas, as categorias (nacionais) do conhecimento científico etc. Essa forma de objetivação da relação subjetiva ao objeto examina as condições de possibilidade do conhecimento, portanto, se contrapõe a uma visão da reflexividade como retorno intimista na pessoa privada do pesquisador. Reconhecer o peso do inconsciente acadêmico e da posição do pesquisador no universo profissional para as escolhas fundamentais da pesquisa e para a construção do seu olhar interpretativo desmascara a suposta neutralidade do conhecimento, critica a

representação dos produtores culturais como livres das determinantes sociais e contribui para questionar a superação entre academia e realidade social, ao colocar a realidade acadêmica como um dos campos de investigação fundamentais no processo da pesquisa.

A pertença ao mundo acadêmico é também um dos elementos mais cruciais que influenciam a identificação do pesquisador(a) por parte dos sujeitos da pesquisa. Segundo Jarry et al. (2006), até nas pesquisas caracterizadas pela partilha do compromisso político feminista e onde pesquisadora e sujeitos da pesquisa são mulheres, se o postulado da irmandade ideal entre mulheres permite à pesquisadora entrar nas redes femininas, no campo, a sua identificação por parte das participantes se baseia, sobretudo, na identidade nacional, na classe socioeconômica e na sua pertença à uma elite intelectual. Essas reflexões nos permitem explorar melhor o que significa que o pesquisador é pesquisado pelos sujeitos da pesquisa. Fava (2007), através do conceito de implicação, esclarece que a posição do pesquisador na realidade social objeto de estudo não é assumida deliberadamente por ele, mas é recebida: são os atores sociais que a constroem para e ao redor dele, tornando possível a relação de pesquisa e a presença recíproca no campo. A implicação deve ser entendida como a produção social do pesquisador: ela depende fundamentalmente da maneira como ele é visto pelos interlocutores da pesquisa, é construída até antes que ele chegue no campo e muda, com o tempo, por efeito de negociações e ao se estruturar a relação entre os interlocutores da pesquisa. A implicação não deve ser considerada como um obstáculo a ser superado, ou um barulho de fundo a ser eliminado ou um limite a ser aceito, mas sim como uma chave de acesso crucial ao conhecimento da realidade objeto de estudo. De fato, se ela é reconstruída crítica e reflexivamente, permite entender os modelos de sentido, as dinâmicas internas e a lógica das interações no universo social num dado momento, portanto, é a mediação necessária para compreender as situações de pesquisa, em que entrevistas, discursos, observações são produzidas.

Valorizar a interpretação do pesquisador por parte dos atores sociais como relevante para alcançar o conhecimento da realidade objeto de estudo significa afirmar que eles são não só informadores, mas também sujeitos que conhecem e interpretam de maneira igualmente relevante em comparação aos pesquisadores. Reconhecer e promover a competência interpretativa dos atores sociais coincide, provavelmente, com o caráter mais propriamente transformador da pesquisa e torna questionável outra clássica dicotomia: aquela entre teoria e prática. Dessa forma, a pesquisa, de fato, se

torna um processo de conscientização, em que os sujeitos envolvidos se educam em comunhão.

Uma última reflexão é relativa à intersubjetividade e à dialogicidade como condições estruturais do processo de investigação. Sobre essa questão são interessantes, também para o âmbito pedagógico, as reflexões desenvolvidas no seio da antropologia pelos defensores do paradigma dialógico. Em particular, Clifford (2008) tem criticado a tendência dos etnógrafos, de forma parecida aos críticos literários, em organizar os significados num texto caracterizado por uma única intenção coerente, filtrando a realidade das situações discursivas, banindo os aspectos dialógicos e situacionais da interpretação etnográfica e excluindo os informadores das etnografias legítimas. Os dados construídos em condições discursivas perdem assim sua dialogicidade através de formas textualizadas, os eventos e os encontros da pesquisa se transformam em evidências de uma realidade cultural englobante e os atores específicos são separados das suas produções e substituídos por um único autor abstrato. Para corrigir essa tendência, Clifford (ibidem) considera “necessário conceber a etnografia não como a experiência e a interpretação de uma “outra” realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois – e muitas vezes mais – sujeitos conscientes e politicamente significativos” (p.41). A categoria de polifonia que ele propõe traz para o centro a intersubjetividade e o contexto performativo da experiência etnográfica, ao mesmo tempo em que supera uma visão estática da realidade social como internamente homogênea em prol de uma visão mais problematizadora, capaz de reconhecer e valorizar as diferentes vozes.

Construindo caminhos metodológicos coerentes com uma opção de pedagogia popular e feminismo: um relato (auto)etnográfico

No intuito de contribuir para construir práticas de escritura científica que valorizem a dimensão dialógica da pesquisa, que reconheçam que o conhecimento é fruto da negociação de uma visão compartilhada da realidade, que resistam a uma representação autolegitimadora do outro e que não percam de vista o caráter discursivo e contextual das situações investigativas (CLIFFORD, op.cit.), proponho em seguida um relato etnográfico, relativo à pesquisa que estou conduzindo desde o 2012 junto ao Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC/SC). A concepção em que situo as minhas reflexões considera o método não como uma escolha disponível

desde o começo da aventura científica, mas como uma construção que se realiza durante o percurso de pesquisa. De forma semelhante a uma viagem, embora não excluindo sequências programadas, o método requer criatividade, estratégia e capacidade de lidar com o imprevisto, por isso, mesmo não se reduzindo a uma experiência pessoal, tem um caráter contextual e situado (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2004).

O contexto da pesquisa

O meu encontro com o MMC/SC é fruto de um processo que tem raízes muito longas na minha história, mas foi no ano passado que eu comecei trabalhar com elas. O meu desejo era de estudar a reinvenção, num sentido feminista, da perspectiva da pedagogia popular de inspiração freiriana a partir das práticas político-pedagógicas de um movimento social feminista e camponês. Em particular, de março até junho, realizei a fase de exploração da minha pesquisa de campo: através de breves idas ao campo, negocieei o acesso ao campo, a individuação dos sujeitos da pesquisa, as modalidades e os tempos para a coleta dos dados; construí os instrumentos da pesquisa (entrevistas narrativas, lista dos temas para a observação participante, *focus group*) e reformulei o desenho e as perguntas da pesquisa. De julho 2012 até fevereiro 2013 me dediquei mais propriamente à pesquisa de campo: nesse período, morei em cinco municípios da região do Extremo Oeste de Santa Catarina (Palma Sola, Anchieta, Guarujá do Sul, São José do Cedro, Dionísio Cerqueira), sendo acolhida nas casas das militantes do movimento (fiquei em cada casa mais ou menos uma semana). A escolha de morar nas casas das mulheres do MMC respondia à minha vontade de construir um conhecimento “de dentro e de baixo” da realidade do movimento e a proposta de ser acolhida na região de São José do Cedro, no Extremo Oeste de Santa Catarina, veio pela coordenação estadual do movimento, em razão do grande enraizamento que o movimento tem nesses lugares. De fato, em Santa Catarina o MMC nasceu, com o nome de Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), na diocese de Chapecó – de que a região de São José do Cedro faz parte – no começo dos anos 80, por efeito, sobretudo, do clima de renovação eclesial inaugurada com o episcopado de dom José Gomes e com a Teologia da Libertação. Nesses meses tive a possibilidade de acompanhar o dia-a-dia das mulheres do movimento, de participar de eventos e encontros organizados, em vários níveis, pelo, com ou sobre o movimento, e de conhecer outros movimentos próximos dele (o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimentos da Mulher

Trabalhadora Rural do Nordeste, o Movimento dos Pequenos Agricultores, o Movimento dos Atingidos por Barragens, as Comunidades Eclesiais de Base).

A dialogicidade como condição de possibilidade do percurso da pesquisa

A dialogicidade representou a condição de possibilidade do meu percurso de pesquisa, ela foi fundamental para eu ter acesso ao campo, para reformular o desenho e as perguntas da pesquisa, para individuar os sujeitos envolvidos na indagação, para a definição das modalidades e dos tempos da coleta dos dados e para a construção dos instrumentos de pesquisa. Nesse sentido, uma primeira figura chave para o meu percurso de indagação foi uma liderança do Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (que inicialmente tinha cogitado ser o sujeito principal da minha pesquisa), Marilene¹, com quem eu convivi de março até junho 2012. Nos três meses que moramos juntas, se consolidou uma relação que legitimou o meu acesso à realidade dos movimentos sociais do campo de Santa Catarina e que me permitiu entrar em contato com os sujeitos da pesquisa. De fato, foi Marilene que me encorajou a me dirigir ao MMC, sobre o qual mais tarde decidi focar a minha atenção, em razão do seu maior desempenho de práticas e reflexões feministas. Mas a minha amizade com a Marilene foi essencial também para a redefinição e a reformulação do objeto e das perguntas da pesquisa. Por mais que eu já tivesse realizado uma experiência de estágio e de pesquisa com alguns movimentos sociais em Santa Catarina, a realidade com que eu me deparava no começo do ano passado era para mim, por muitos aspectos, inédita. As longas conversas com Marilene, que ganhavam em profundidade com o passar do tempo, portanto, me permitiram compreender o momento atual vivido pelos movimentos do campo em Santa Catarina, os desafios mais significativos e as transformações mais importantes ocorridas nos últimos anos. No último período em que moramos juntas, Marilene sublinhava, com frequência e com várias modalidades, a confiança que ela punha em mim ao me narrar histórias, me fornecer informações, me contar segredos e opiniões pessoais; e me pedia que eu achasse a forma mais oportuna para torná-los públicos, através da escritura da tese. Revelando-me essas dimensões, às quais eu não teria acesso de outro jeito e que foram tão importantes para o rumo que tomou o meu percurso de indagação, Marilene participou da construção da minha pesquisa, através de modalidades que a categoria de “informante privilegiado” não consegue dar conta.

¹ Os nomes usados são todos fictícios.

Implicação e eixos de diferenciação

O meu desejo de construir um conhecimento do MMC a partir do dia-a-dia das mulheres que dele participam, me levou a negociar, antes com a coordenação estadual e depois com as mulheres que concretamente se envolveram na pesquisa, uma metodologia baseada na “convivência itinerante”: isto é, por cerca de seis meses – de julho até março, excluindo os meses de dezembro e janeiro – morei na casa de 20 militantes do MMC, me mudando aproximadamente a cada semana. Do começo até o fim da pesquisa de campo, pude me dar conta de como não era eu que escolhia a minha posição no campo, mas, em boa medida, eu a recebia ou, pelo menos, a negociava com os outros sujeitos envolvidos na pesquisa. O olhar, a observação e a interpretação das mulheres que participaram da pesquisa me implicaram na realidade objeto de estudo, isto é, construíram uma posição que me tornou presente no campo enquanto interlocutora e que tornou possível a nossa relação no interior da pesquisa (FAVA, op.cit.). É interessante notar como a implicação se realizou mesmo antes da minha chegada no campo, como ela se transformou ao se consolidar a minha relação com os outros sujeitos da pesquisa e como ela me revelou alguns elementos da lógica interna da realidade objeto de estudo. Ao acabar a entrevista narrativa que realizei com todas as mulheres envolvidas na pesquisa, sempre fazia uma pergunta sobre a percepção e o significado da minha presença nas casas delas e no movimento. Muitas entrevistadas me respondiam, contando o debate gerado na coordenação regional na hora de discutir a minha proposta de ser hospedada nas casas delas. Muitas mulheres se referiram a sentimentos de preocupação e de receio, motivados, sobretudo, por uma experiência negativa vivida por uma coordenadora com uma estagiária que hospedou na sua casa. As perguntas que circularam foram: será que conseguiremos nos entender? Ela vai comer o que nós comemos? Ela vai lavar a sua roupa?

Entre os eixos de diferenciação mais significativos para a construção da minha implicação por parte das mulheres no momento da minha chegada ao campo, considero as diferenças de classe, a minha pertença ao mundo acadêmico e a minha nacionalidade. Por muitos aspectos, a minha nacionalidade tem se revelado um importante elemento de facilitação do acesso ao campo e de aproximação com as famílias que me hospedaram. De fato, todos os municípios onde morei foram fundados, por volta dos anos 50, por famílias oriundas do Rio Grande do Sul e descendentes de migrantes europeus – sobretudo Italianos, Alemães e Poloneses – chegados no Brasil a partir das primeiras

décadas de 1800. Das 20 mulheres que me hospedaram, 4 se definem alemãs ou descendentes de alemães, 4 se definem caboclas, 1 de origem russo-polonês e 11 italianas ou descendentes de italianos. Se considerarmos que, como aponta Pereira de Oliveira (2001), a identidade de “origem” se estruturou a partir da valorização de uma pertença étnica e em contraposição com os brasileiros ou “caboclos”, é fácil imaginar que tipo de memórias e sentimentos despertasse a minha presença nas casas onde eu fui hospedada. Como muitas mulheres reconheceram, poder me acolher representava para elas e as suas famílias a possibilidade de se reconectar com as próprias raízes, com o mundo do qual provinham os seus antepassados, falar uma língua esquecida ou nunca aprendida, mas que percebiam como íntima e familiar, enfim, acolher uma pessoa da “mesma família” ou da “mesma nação”.

Apesar disso, a concepção estática da cultura europeia, que eles mantiveram e, de alguma forma, construíram, uma concepção baseada em memórias legendárias e visões televisivas, junto a juízos prévios quanto ao meu *status* socioeconômico e à minha pertença ao mundo acadêmico contribuíram para me identificar, pelo menos inicialmente, como uma jovem universitária europeia e rica. Por mais que essa representação tenha me causado certo embaraço e não poucos conflitos interiores, eu acho que ela não possa ser considerada simplesmente como um obstáculo a ignorar ou remover, mas que, pelo contrário, ela deva ser valorizada enquanto um elemento de conhecimento da realidade. Ela, de fato, é consequência, por um lado, das enormes diferenças socioeconômicas que caracterizam a realidade brasileira, por outro, da tendência dos movimentos sociais de conceber a opressão em termos de oposições binárias fixas entre, por exemplo, Norte-Sul, pobres-ricos, trabalhadores-capital etc.

Acredito que essa maneira de conceber a opressão, fruto da aquisição pelos movimentos das categorias de análise da própria pedagogia popular, não seja mais adequada para compreender as complexas e ambíguas mudanças que estão atravessando a realidade brasileira. Ela representa também um dos aspectos sobre os quais refletiram algumas feministas, que tentaram criticar e reinventar a impostação de Freire. Weiler (1991), por exemplo, mesmo reconhecendo que uma clara distinção entre opressores e oprimidos caracterizasse o contexto a partir do qual a Pedagogia do Oprimido foi pensada, propõe uma complexificação do conceito de opressão, que considere a possibilidade de simultâneas e contraditórias posições de dominação e opressão. Piano (2006), por outro lado, mostra os riscos da fixação da consciência, que, depois de ter

tomado conta do negativo, fica ligada a ele, vinculando a ele cada representação de si. Ela, seguindo o rumo traçado pelo feminismo da diferença italiano, sugere uma relativização da opressão como princípio único de identificação e como qualidade existencial capaz de homologar sujeitos diferentes.

Práticas de descolonização do olhar e de superação das distâncias

Como já esclareci, todavia, a posição que os sujeitos da pesquisa constroem para tornar possível a presença da pesquisadora no campo não é fixa, mas pode ser negociada e muda com a mudança da relação. Nesse sentido, eu recorri a umas práticas que me permitiram reduzir as assimetrias de poder e as distâncias entre as mulheres que me hospedaram e eu. Em particular, foi muito importante participar das atividades que caracterizam a vida cotidiana das mulheres como: tirar leite, trabalhar na lavoura e na horta, cozinhar, limpar a casa, lavar a roupa, cuidar dos idosos e das crianças. Isso, se por um lado, implicou que eu aderisse e, em alguma medida reforçasse, as normas de gênero que vigem no contexto no qual realizei a minha pesquisa de campo, gerando em mim não poucos conflitos; por outro lado, permitiu que eu fosse aceita, reformulou as representações através das quais eu era identificada e tornou possível a construção de uma relação mais próxima e mais verdadeira com as mulheres envolvidas na pesquisa. De fato, ao longo da minha permanência, eu recebi muitos *feedbacks* positivos a respeito disso. Em seguida, transcrevo um episódio que eu anotei no meu diário de campo.

De repente Graciele, que logo antes tinha me perguntado se eu era de família rica, contou para Luciane que eu tinha cozinhado bolinhos de abóbora, se referindo a mim como “essa bicha”. Luciane a olhou, maravilhada que ela usasse essa expressão para mim e então Graciele continuou “bicha querida” e me deu um beijo. De noite, quando todas as mulheres foram embora e ficamos só eu, Helena e ela; Graciele, me abraçando e me olhando nos olhos, me disse: “vai ficar na história que hoje eu te tive comigo, você me pareceu que nem nós: uma camponesa, muito simples, muito dada. Eu tenho uma cunhada, filha de uma psicóloga, mas ela não trabalharia que nem você!” (10-09-2012).

Se é verdade que o pesquisador no campo é implicado pelos sujeitos da pesquisa, é verdade também que o próprio pesquisador os implica segundo modalidades epistemológica, ética e politicamente relevantes (FAVA, op.cit.). Reconhecer essas modalidades implica considerar uma história que envolve as conquistas das Américas, os colonialismos, a marginalização de saberes popular, a cultura do silêncio, etc. também implica considerar as categorias interpretativas que a academia cria e utiliza para representar o outro. De alguma forma, a minha posição me dispõe a uma maior

lucidez a respeito do inconsciente acadêmico, já que eu me coloco no cruzamento de diferentes universos acadêmicos e nacionais. Decidir estudar um movimento social feminista e camponês a partir de uma posição entre fronteiras (não só geográficas, mas também de outra natureza: a fronteira entre teoria e prática ou entre academia e movimentos sociais) implica ter sempre em consideração para quem se fala ou se escreve, explicitar a partir de quais relações, quais contextos e quais realidades se escreve ou se fala, se deparar constantemente com a questão da tradução, entendida como processo complexo, não somente linguístico, mas também político e cultural. Traduzir muitas vezes significa experimentar a distância entre o que se deseja dizer e o que se pode dizer, a insuficiência das palavras, o silêncio, ao mesmo tempo, é política e teoricamente indispensável para criar alianças políticas e epistemológicas (DE LIMA COSTA; ALVAREZ, 2009). Estar na fronteira pode dar a sensação desagradável de não se sentir nunca em casa e de não ter pontos de referência estáveis, mas a fronteira é também um lugar de grande lucidez, criticidade e criatividade de pensamento, um lugar que autoriza corajosos gestos de ruptura e leituras inéditas iluminadas por outros olhares.

Metodologia de convivência itinerante

A construção de uma relação de proximidade representa um pressuposto fundamental para a construção do conhecimento a partir do ponto de vista dos sujeitos da pesquisa, objetivo de uma investigação baseada na abordagem etnográfica. Numa ótica de superação da contradição entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa, entre opção científica e opção política, entre afetividade e pesquisa, entre ação e reflexão e no desejo de tornar a relevância social presente em todo o percurso metodológico (WALDENEZ DE OLIVEIRA, op. cit.); adquiriu muita importância para minha pesquisa também a metodologia da convivência itinerante que eu escolhi para conduzir a minha investigação de campo. Entre outras coisas, ela tornou possível que eu me deixasse conscientizar pelas mulheres que me hospedaram, segundo uma intuição fundamental de Paulo Freire.

WALDENEZ DE OLIVEIRA (ibidem) sublinha o significado da convivência metodológica para a educação popular:

[...] compreender e dialogar exige mais do que uma visita; significa uma vivência próxima, afetiva e comprometida. Muitos aspectos das relações sociais nessas comunidades, suas histórias, desafios e saberes só são percebidos desta forma [...] Conviver é mais do que visitar e, não

sendo algo que possa ser delegado, requer um envolvimento pessoal de observação, questionamento e diálogo. Somente olho no olho com o outro e, com ele convivendo, é que se pode detectar e compreender posições políticas e informações que nos são fornecidas sobre dada realidade. (pp. 314-315).

A itinerância me permitiu experimentar concretamente uma dimensão fundamental defendida pelo mesmo Movimento das Mulheres Camponesas: a interdependência. Deslocar-me, de semana em semana, de uma casa para outra exigiu de mim uma grande disponibilidade de adaptação aos ritmos, aos costumes, às condições, às propostas das famílias que visitei; ao mesmo tempo que me colocou numa condição de profunda vulnerabilidade, em que eu dependia das mulheres que me acolheram para toda necessidade básica: comer, dormir, me deslocar, me cuidar, receber atenção e carinho, me sentir segura etc. O que eu vivi no meu próprio corpo me conduziu a rejeitar uma suposição arrogante que se afirmou especialmente a partir da modernidade, isto é, o ideal da autossuficiência, e me deu clareza das múltiplas dependências que me ligam ao mundo. O feminismo da diferença tem trabalhado muito sobre a necessidade de recuperar um sentido positivo da dependência. Segundo Tommasi (em Diotima, 1995) toda filosofia contemporânea criticou a visão de subjetividade baseada no ideal da autossuficiência, da independência do corpo e do isolamento dos outros, que se afirmou a partir de Descartes. Mas, se a filosofia masculina contemporânea questionou esse ideal através de uma crítica interna daquele eu que, já volitivo e racional, se descobriu residual e débil; a desmistificação feminista tem origem nas relações e no reconhecimento dos laços de dependência que nos conectam ao mundo. Praetotius (2011) mostra como a ideia ocidental de liberdade nasceu numa sociedade que não reconhecia a pertença de muitas categorias de pessoas à humanidade. Os pensadores da antiga Grécia dividiram o mundo em duas esferas: uma superior, simbolicamente masculina, livre e preocupada com o espírito; e a outra inferior, simbolicamente feminina, dependente e preocupada com o serviço. A ideia de liberdade que desde então se afirmou coincide com a não dependência, mas a independência de algumas categorias era e continua sendo possível só graças ao trabalho não reconhecido das outras, sobretudo das mulheres. A autora, portanto, propõe uma concepção não dualística da liberdade a partir da consideração de que todos nós somos paridos, que todos nós vimos ao mundo na forma de uma relação e que, desde o começo, somos parte de uma rede de relações geracionais. O fato de termos sido paridos nos marca por toda a vida: somos seres vulneráveis e dependentes, precisamos do outro e da outra, a nossa liberdade é relacional. Essa visão torna possível conciliar a liberdade

com o reconhecimento das múltiplas relações em que mergulhamos e nos permite entender a autonomia não em termos de independência, mas em termos de redução das dependências.

O reconhecimento de autoridade como opção popular e feminista

Assim, se, por um lado, a minha chegada numa nova casa exigia sempre certo desempenho para negociar a gestão do tempo e do espaço, a minha acolhida no contexto familiar e as atividades da minha pesquisa, por outro lado, eu tive sempre clareza que eu me movia porque uma mulher me entregava a outra, porque alguém era disponível a me enviar e alguém era disponível a me receber. Os meus deslocamentos eram possíveis em virtude da mediação de outras mulheres: as que me tinham hospedado precedentemente ou a coordenadora responsável pela minha permanência no município (como já disse, eu me movi por cinco municípios da região do Extremo Oeste de Santa Catarina). Trata-se de uma mediação, que nem sempre se realizava na minha presença, mas que tinha o efeito de facilitar os meus movimentos no campo. Percebi sempre com muita clareza o quanto as mulheres envolvidas na minha pesquisa se sentiam responsáveis por mim, tanto é que muitas vezes elas usavam a categoria de “mãe” para se definir e se posicionar a meu respeito, seja falando comigo, seja falando com outras pessoas de mim.

O uso dessa categoria por parte delas era motivado não só pela diferença de idade que me aproxima às suas filhas e filhos – de quem eu tomei simbolicamente o lugar, ocupando fisicamente o espaço que eles deixaram para ir na cidade em procura de trabalho ou estudo –; mas também por causa do posicionamento que eu assumi em razão de uma prática política popular e feminista, que eu defino, usando a expressão proposta pelo feminismo italiano da diferença, reconhecimento de autoridade. De fato, toda minha pesquisa nasce da vontade de me inserir num “discipulado” de práticas político-pedagógicas que considero relevantes não somente a respeito da realidade na qual se inserem, mas também numa dimensão mais global; de me dispor, antes de tudo, a apreender e a me deixar conscientizar pelas mulheres protagonistas da minha pesquisa; de experimentar uma intuição fundamental da educação popular: a confiança intelectual e moral nos oprimidos e nas oprimidas, em razão da sua maior lucidez na análise do sistema opressivo e da sua sensibilidade solidária em denunciar seu caráter injusto (GIRARDI, disponível em www.amistrada.net); enfim, de reconhecer autoridade

a práticas político-pedagógicas, muitas vezes, ignoradas, não valoradas e consideradas “miudezas”² não só pela sociedade e pelas mídias, mas também por movimentos sociais, comprometidos na mesma luta mas caracterizados por uma lógica masculina e machista, e, às vezes, pelas próprias mulheres.

Fundar a minha investigação a partir do reconhecimento de autoridade teve algumas importantes consequências. Em primeiro lugar, me permitiu ler a histórias dessas “mães” não só em termos de opressão, subalternidade, violência, discriminação, mas também considerando a sua grande contribuição político-pedagógica (TOMMASI, op.cit.). Por outro lado, isso determinou algumas consequências políticas relevantes para o contexto da minha pesquisa. De fato, o meu reconhecimento público de autoridade para o MMC e especialmente para as mulheres concretamente envolvidas na minha pesquisa – reconhecimento que se deu não só através da escritura da minha tese, mas também em todas as ocasiões em que eu pude falar nos jornais, nas rádios, nos debates públicos, nos eventos acadêmicos etc. enquanto universitária interessada ao MMC – contribuiu para que as riquezas produzidas pelo MMC adquirissem visibilidade e, sobretudo, a marca da parcialidade feminina, contrastando assim com um problema muitas vezes identificado pelas mulheres: a apropriação das suas práticas e conquistas por parte de sujeitos supostamente neutros, que acabam apagando a contribuição das mulheres. Enfim, considerando que se reconhece autoridade a quem oferece mediações capazes de canalizar os próprios desejos, fundar a minha pesquisa sobre um reconhecimento de autoridade junto à mediação das mulheres me permitiu realmente “ser” na pesquisa e tornou possíveis deslocamentos no campo e cruzamentos de fronteiras.

Uma última consideração é relativa à questão da devolução dos dados. Numa ótica de superação da contradição entre pesquisadora(a) e sujeitos da pesquisa, já que os sujeitos da pesquisa estão envolvidos numa relação de troca constante, a devolução se dá segundo várias modalidades e em várias etapas do processo da investigação. Nesse sentido, eu considerei momentos de devolução importantes todas as ocasiões em que me propus de dialogar com as mulheres do MMC sobre as minhas interpretações dos fatos sociais e escutei a opinião delas; ou também os momentos em que, depois de tê-las

2 Com essa palavra se indicam alimentos como as hortaliças e as verduras, geralmente cultivados pelas mulheres, que não geram lucro, mas que são fundamentais para o sustento da família.

transcrito, eu devolvi as entrevistas coletadas para que as participantes da pesquisa pudessem introduzir eventuais modificações, que as ajudassem a se expressar de uma forma mais próxima à sua intenção. Apesar disso, acho fundamental a fase de retorno final dos resultados, sobre que o foca Waldenez de Oliveira (op.cit.), explicitando que ela deve se dar tanto através da comunicação das informações quanto da efetiva contribuição social. Assim, em conformidade com a opção de compartilhar com sujeitos, grupos e comunidades envolvidos na pesquisa o material científico produzido, projetei, junto às mulheres do MMC/SC, uma discussão comum dos resultados a ser realizada nos próximos meses, antes da comunicação final dos resultados à comunidade acadêmica.

Conclusões

À luz do atual debate internacional sobre a crise da concepção de método que se afirmou a partir da modernidade e as dicotomias – entre teoria e prática, pesquisador(a) e sujeitos da pesquisa, corpo e mente, academia e realidade social etc. –, que o caracterizam, tentei delinear caminhos metodológicos mais coerentes com uma opção científica, existencial e política, fundada na adesão à pedagogia popular e ao feminismo. Tanto na discussão teórica inicial, quanto no relato auto-etnográfico, através do qual contextualizei as reflexões teóricas no interior do meu percurso de pesquisa junto ao MMC/SC, questioneei, sobretudo, a contradição entre pesquisador(a) e sujeitos da pesquisa, mostrando como a dialogicidade e a intersubjetividade são condições de possibilidade de todo o percurso de pesquisa: da definição do objeto até a devolução dos resultados.

Isso me levou a criticar o conceito de informante privilegiado e a propor a categoria de interlocutor da pesquisa, capaz de expressar melhor a competência dos participantes. Os interlocutores da pesquisa, de fato, participam da construção do objeto e das perguntas da investigação, negociam a posição do pesquisador no interior da realidade social – tornando assim possível a relação de pesquisa – e interpretam e conhecem de uma forma igualmente relevante em comparação aos pesquisadores. Dessa forma, o pesquisador deixa de ser a única autoridade capaz de categorizar, representar e compreender os outros, tornando-se um ator social constantemente comprometido num processo de negociação e de troca, do qual emerge uma voz polifônica.

Sustentei que a construção de uma relação de proximidade entre os interlocutores da pesquisa é uma condição fundamental para alcançar o conhecimento da realidade social. Ao mesmo tempo examinei os elementos mais problemáticos dessa relação, sublinhando o papel dos eixos de diferenciação e das categorias de interpretação construídas social e culturalmente na identificação e representação recíproca. A partir da minha experiência de pesquisa, descrevi algumas práticas possíveis de descolonização do olhar e de redução das distâncias e explicitarei em que termos as representações recíprocas podem revelar elementos importantes da realidade social no interior da qual se encontram os sujeitos da pesquisa.

Enfim, sobretudo através da análise da metodologia de convivência itinerante, pretendi traçar a pesquisa como um complexo processo de conscientização recíproca, que envolve completamente os sujeitos que dela participam. Envolve corpos, práticas, reflexões, emoções, afetos, representações, relações, interdependências, mudanças, etc, que se tornam todos elementos cruciais para conhecer a realidade social e participar a sua transformação.

Referências

BOURDIEU, Pierre. L'objectivation participante. **Actes de la recherche em sciences sociales**. Vol. 150, dezembro, 2003, pp.43-58.

CIMA, Rosanna. **Pratiche narrative per una pedagogia dell'invecchiare**. Milano: FrancoAngeli, 2012.

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica**. Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

DE LIMA COSTA, Claudia; ALVAREZ, Sonia E. Translocalidades: por uma política feminista da tradução. **Revista de estudos feministas**. Sept./Dec., 2009, pp. 739-742.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

DIOTIMA. **Oltre l'uguaglianza**. Le radici femminili dell'autorità. Napoli: Liguori, 1995.

FAVA, Ferdinando. **Lo Zen di Palermo**. Antropologia dell'esclusione. Milano: FrancoAngeli, 2007.

GIRARDI, Giulio. **Educazione dalla dipendenza alla pratica della libertà**. Disponível em: www.amistrada.net. Acesso 12 de abril de 2013.

JARRY et al. Quelques réflexions sur le rapport de jeunes chercheuses féministes à leur terrain. **Terrains & travaux**. Janeiro, 2006, n.10, pp.177-193.

MAYO, Peter. **Gramsci, Freire e l'educazione degli adulti**. Possibilità di un'azione trasformativa. Sassari: Carlo Delfino editore, 2007.

MORIN, Edgar, CIURANA, Émilio R., MOTTA, Domingo R. **Educare per l'era planetaria**. Roma: Armando editore, 2004.

PEREIRA DE OLIVEIRA, Ancelmo. **“Brasileiros” e “de origem” na oralidade cotidiana escolar**: emblemas de uma tensão interétnica. 2010. Dissertação (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina.

PIANO, Maria G. La pedagogía del oprimido. In MONFERRER, Dolors; GUADAS, Isabel, A.; ORTIZ, Pascual, M.; GUADAS, Pep A. (orgs). **Fórum Paulo Freire V encuentro internacional**. Sendas de Freire, opresiones, resistencias y emancipaciones em un nuevo paradigma de vida. Xàtiva: Institut Paulo Freire de España y Crec, 2006.

PRAETORIUS, Ina. Penelope a Davos. Idee femministe per un'economia globale. **I quaderni di via dogana**. Milano, 2011.

SPIVAK, Gayatri, C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALDENEZ DE OLIVEIRA, Maria. Pesquisa e trabalho profissional como espaços e processos de humanização e de comunhão criadora. **Cadernos Cedes**. Campinas, vol.29, n.79 sept-dec, pp.309-321.

WEILER, Kathleen. Freire and a Feminist Pedagogy of Difference. **Harvard Educational Review**. Vol.61, Winter 1991, n.4, pp.449-475.